

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 16/10/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 118 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGO O SEGUINTE: **RESOLUÇÃO Nº 061 DE 15 de outubro de 2025**

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADANIA PETROPOLITANA À SRA. DIANA ILIESCU.

Art. 1º - Fica concedido o Título Honorífico de Cidadania Petropolitana à Sra. Diana Iliescu, pelos relevantes serviços prestados a comunidade petropolitana. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis de 15 de outubro de 2025
JUNIOR CORUJA
PRESIDENTE
Projeto: CMP 6889/2025
Autoria: PROFESSORA LÍVIA

PORTARIA PRE ADM 039/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS NO USO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLUÇÃO

Art. 1º - DESIGNAR, nos termos da Lei n.º 6.946/2012, c/c a de n.º 6749/2010, o servidor efetivo Luiz Moura Barbosa, matrícula n.º 1048.061/2011, para responder como Chefe do Setor de Compras e Almoxarifado, símbolo CC-1, no Setor de Compras e Almoxarifado, durante o afastamento legal do titular, pelo período de 15/10/2025 a 24/10/2025, nos termos do processo adm. 1124/2025.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de outubro de 2025.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 15 de outubro de 2025.

Junior Coruja
Presidente

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS 5º E 7º DO ARTIGO 64 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE:

LEI Nº 9118 DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE - PMPICS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Fica criada a Política Municipal de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde - PMPICS, no âmbito do Município de Petrópolis, observadas as diretrizes da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde, da Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde.

Art. 2º A PMPICS tem como objetivo promover a implantação de políticas de saúde e as suas diretrizes para as áreas de Acupuntura, Homeopatia, Medicina Antroposófica, Termalismo Social/Crenoterapia, Plantas Medicinais e Fitoterapia, Arteterapia, Ayurveda, Biodança, Dança Circular, Meditação, Musicoterapia, Naturopatia, Osteopatia, Quiropraxia, Reflexoterapia, Reiki, Shantala, Terapia Comunitária Integrativa, Yoga, Pilates, Afitlerapia, Aromaterapia, Bioenergética, Cromoterapia, Geoterapia, Hipnoterapia, Imposição de Mãos, Ozonioterapia e Terapia de Florais e afins, que fazem parte integrante desta Lei, incluindo as práticas que possam vir a ser incorporadas pela Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, bem como pela Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Ministério da Saúde.

Art. 3º Para a consecução dos objetivos propostos, a implementação da PMPICS deverá contemplar estratégia de gestão que assegure a participação intersectorial dos órgãos oficiais, bem como representação de organizações sociais e entidades associativas e científicas afins.

Art. 4º A execução da PMPICS deverá ser descentralizada, ressaltando a vocação municipal e a estruturação da rede de competências da cadeia produtiva, programando e executando, de forma integrada, as questões educacionais, avaliativas, diagnósticas, ambientais e científico-tecnológicas, dentro de uma ampla estratégia de desenvolvimento municipal.

Art. 5º Caberá à PMPICS promover, incentivar e definir normas técnicas para implantação e desenvolvimento de ações relativas ao tema e programas congêneres no âmbito do município de Petrópolis.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e a façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 13 de outubro de 2025.

Junior Coruja
PRESIDENTE
Autoria: Júlia Casamasso
CMP: 3223/2024

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS APROVOU E EU, JÚNIOR CORUJA, PRESIDENTE, NOS TERMOS DOS PARÁGRAFOS 5º E 7º DO ARTIGO 64 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, PROMULGO A SEGUINTE:

LEI Nº 9119 DE 13 DE OUTUBRO DE 2025

DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE À SEXUALIZAÇÃO E À EXPOSIÇÃO INADEQUADA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ESPAÇOS, EVENTOS, MÍDIAS E SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS — RJ, CRIA MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO, PREVENÇÃO, ATENDIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º Ficam adotadas, no âmbito do Município de Petrópolis, medidas destinadas a prevenir, coibir e responsabilizar condutas que promovam a sexualização, exposição indevida, adultização ou tratamento sexualizado de crianças e adolescentes, preservando sua dignidade, desenvolvimento físico, psicológico e moral, em consonância com:

I - Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990).
II - Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças – Decreto nº 99.710 de 22/11/1990.

III - Declaração Universal dos Direitos Humanos – Resolução 217 A (III) Assembleia Geral das Nações Unidas – 10/12/1948.

IV - Declaração Universal dos Direitos das Crianças – 20/11/1959 – UNICEF – ratificada pelo Brasil em 24 de setembro de 1990.

V - Decreto nº 42.715 de 23 de novembro de 2010.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I — Criança: pessoa até 12 (doze) anos incompletos;

II — Adolescente: pessoa entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos;

III — Sexualização/Adultização: exposição, tratamento, divulgação ou veiculação de conteúdos, imagens, performances, condutas ou produtos que atribuem a crianças/adolescentes características, roupas, poses, comportamentos ou mensagens sexualizadas, ou que promovam sexualidade precoce de forma inapropriada à sua faixa etária;

IV — Ambiente público: vias, praças, equipamentos públicos, eventos municipais e atividades financiadas pelo município;

V — Mídia/Publicidade: peças publicitárias, redes sociais, sites, material gráfico e audiovisual distribuído, veiculado ou divulgado no município de Petrópolis.

Art. 3º São objetivos desta Lei:

I — Proteger crianças e adolescentes contra conteúdos e práticas que configurem sexualização ou adultização;

II — Estabelecer regras para publicidade, eventos, programas e parcerias que envolvam crianças/adolescentes;

III — Promover campanhas educativas e capacitação de servidores, profissionais da educação, cultura, saúde e fiscalização;

IV — Criar mecanismos de denúncia, investigação e atendimento especializado às vítimas.

Art. 4º É proibida, no âmbito do Município de Petrópolis:

I — A veiculação, em áreas públicas e em material custeado pelo município, de imagens, textos, performances ou produtos que configurem sexualização ou adultização de crianças e adolescentes;

II — A presença ativa de exposição sexualizada de crianças em eventos culturais, comerciais ou promocionais realizados em espaço público municipal ou com apoio/ patrocínio/licença municipal;

III — A utilização de imagens de crianças em publicidade com conteúdo sexualizado, sugestivo ou inapropriado à sua idade.

Art. 5º Caberá às empresas, produtoras de conteúdo, organizadoras de eventos, estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que atuarem em Petrópolis:

I — Observar e cumprir as regras desta Lei;

II — Exigir comprovante de idade quando necessário para produção e veiculação de imagens;

III — Ter um responsável técnico pela adequação da comunicação e do material promocional às normas de proteção à infância e adolescência.

Art. 6º O descumprimento desta Lei sujeitará o infrator, após processo administrativo com direito à ampla defesa, às seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal:

I — Advertência;

II — Multa administrativa (valor escalonado conforme gravidade e faturamento do infrator);

III — Suspensão temporária de alvará de funcionamento ou de autorização para eventos;

IV — Cassação de alvará em caso de reincidência grave.

§1º As multas arrecadadas serão recolhidas ao Fundo Municipal de Assistência Social e empregadas em programas de proteção, prevenção e atendimento psicossocial a crianças e adolescentes.

§2º Valores e critérios para aplicação de multas, bem como regras para reincidência, serão definidos em regulamento do Poder Executivo.

Art. 7º Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal competente (ex.: Assistência Social/Juventude/Infância e Adolescência), um Núcleo de Proteção à Infância responsável por:

I — Receber denúncias e encaminhar às autoridades competentes;

II — Fiscalizar eventos, conteúdos e materiais que possam ferir a presente Lei;

III — Articular ações com Ministério Público, Conselho Tutelar, Delegacias, Polícia Militar e secretarias de Educação e Saúde.

Art. 8º A denúncia poderá ser apresentada por qualquer pessoa, pelos canais: formulário online; telefone; presencialmente no Núcleo ou nas Secretarias; pelos Conselhos Tutelares. Garantir-se-á sigilo e proteção do denunciante quando necessário.

Art. 9º O Poder Executivo em parceria com escolas, conselhos, organizações da sociedade civil e meios de comunicação desenvolverá campanhas educativas sobre: direitos da criança e do adolescente, riscos da sexualização precoce, uso seguro de redes sociais e denúncias.

Art. 10. Será obrigatória a capacitação anual de servidores públicos municipais das áreas de educação, cultura, assistência social, saúde, fiscalização e segurança para identificação, prevenção e encaminhamento de casos relacionados à sexualização e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 11. O Município deverá garantir rede integrada de atendimento psicossocial, jurídico e de proteção às crianças e adolescentes vítimas ou em risco, com articulação entre unidades de saúde, CRAS/CREAS, Conselho Tutelar e Delegacia.

Art. 12. Eventos com participação ou atração de crianças realizados em logradouros, espaços ou serviços municipais dependerão de anuência prévia do órgão municipal competente quanto à adequação do conteúdo e das práticas em relação à proteção das crianças.

Art. 13. Empresas que celebrarem convênios, patrocínios ou contratos com a Administração Municipal se obrigam a apresentar cláusula de conformidade com esta Lei, sob pena de rescisão contratual e aplicação de sanções.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias da sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação..
Mando, portanto, a todos a quem o conhecimento da presente Lei competir, que a executem e a façam executar, fiel e inteiramente como nela se contém. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Petrópolis, em 13 de outubro de 2025.

Junior Coruja
PRESIDENTE
Autoria: Junior Paixão
CMP: 7661/2025

Vazamento de gás interdita Estrada União e Indústria em Itaipava e causa atrasos no transporte

Rompimento de tubulação de gás natural ocorreu durante obras da concessionária de água

Emanuelle Loli - estagiária

Por volta das 9h30 da manhã desta quarta-feira (15), um vazamento de gás foi registrado na Estrada União e Indústria, em Itaipava. Por volta das 9h30 os bombeiros interditaram o local e a via chegou a ficar totalmente interditada por conta da ruptura de uma tubulação de gás natural no trecho do Parque Municipal Prefeito Paulo Rattes, sendo liberada pos volta das 11h. Por conta disso, diversos ônibus apresentaram atraso no itinerário.

A causa do vazamento de gás ocorreu após a concessionária de água atingir uma tubulação de pequeno porte (ramal) da distribuidora de gás durante a execução das obras de instalação da rede de esgoto em Itaipava.

Por conta da interdição da via, equipes da CPTrans estavam no local auxiliando os motoristas, que devem buscar rotas alternativas, como a BR-040 e a Rua Joaquim Agante Moço (atrás do parque). O setranspetro também informou que por conta do ocorrido, ônibus da Turp Transporte e Cidade Real tiveram a operação de 11 linhas completamente com-

prometidas, registraram atrasos superiores a 45 minutos entre as viagens.

Mesmo após o trecho ser liberado, as empresas seguiram se restabelecendo, de forma gradual, ao longo da tarde, toda a programação de horários. Até o fechamento da matéria, o número de perdas de viagens ainda não tinha sido calculado.

“A concessionária esclarece que não havia sinalização indicando a passagem da tubulação de gás no local. Assim que o incidente foi identificado, a Águas do Imperador acionou imediatamente a empresa responsável pelo sistema de gás, o Corpo de Bombeiros e a CPTrans. As equipes isolaram a área e a rede de gás foi fechada para execução dos reparos, sem registro de maiores transtornos. O trânsito foi liberado por volta das 11h. Equipes da Águas do Imperador e da distribuidora de gás trabalham em conjunto no local para realizar os reparos necessários”, informou a Águas do Imperador por meio de nota.

Procurada, a Naturgy, empresa responsável pela tubulação de gás natural, informou que “a rede de gás localizada na Estrada



DIVULGAÇÃO

OS BOMBEIROS foram acionados por conta do vazamento de gás

União e Indústria 10.060, em Itaipava, foi atingida acidentalmente por terceiros na manhã desta quarta-feira, 15/10. O vazamento foi sanado às 10h35 e os reparos finalizados às 13h30.

Para evitar situações como esta, a Naturgy desenvolveu um guia para obras em vias públicas nos municípios abastecidos por gás canalizado. Esse guia recomenda que as concessionárias entrem em contato com a Naturgy

antes de executar qualquer trabalho, para obter o cadastro das redes de gás. A Naturgy mantém um cadastro atualizado e equipes especializadas na vigilância e no acompanhamento de obras, que podem orientar a perfuração do solo para evitar que a rede de gás seja atingida.

A Naturgy coloca sua Central de Emergência à disposição dos moradores pelo telefone 08000-240197”, informou por meio de nota.

Homem é detido após deixar cão em veículo



DIVULGAÇÃO

O HOMEM deixou o cachorro preso dentro do veículo

Darques Júnior - especial para o Diário

Um homem foi detido pela Guarda Civil Municipal após abandonar o cão dentro do veículo no estacionamento da agência da Caixa Econômica Federal, em Itaipava. O homem foi conduzido ao 16º DP por maus-tratos aos animais.

Segundo Eliel Silveira, comandante da GCM, o condutor havia tentado ludibriar a guarnição após ser advertido que não poderia deixar o pet dentro do veículo: “A guarnição desceu e ficou aguardando por longo tempo até ele retornar, onde foi dado voz de prisão e foi conduzido a DP”, relata o comandante.

Turp amplia atendimento de linha de ônibus no Caetitu

A Turp Transporte ampliou a operação da linha 607 – Caetitu, após uma série de adequações viárias na região. A partir de agora, o ônibus está percorrendo 660 metros a mais, na Estrada Luiz Gomes Gonçalves da Silva, beneficiando mais de 100 moradores. Com o acréscimo no trajeto, a comunidade passa a ter como ponto final, a localidade popularmente conhecida como “Horto”.

O pedido da população foi possível, após testes de tráfego e ajustes em todo o trecho de atendimento. As adequações aconteceram desde a ampliação do manobrador, à adequação no asfalto, retirada de estrutura de poste, melhorias na ilumi-

nação pública e sinalização de trânsito em todo o trecho.

Para Jean Moraes, diretor da Turp Transporte, a novidade representa todo o esforço da operadora para promover um atendimento com qualidade e conforto aos passageiros. “Estamos trabalhando para a eficiência dos nossos serviços, dando também, uma oportunidade de deslocamento mais atrativa para a comunidade”, destacou.

A viagem inaugural aconteceu na tarde de terça-feira (14), por volta das 17h, e reuniu dezenas de pessoas, entre passageiros e representantes da empresa e do bairro. No local, a demanda antiga, é motivo de comemoração.

Diário nos bairros

Rua Kopke precisa de poda das árvores

Darques Júnior - especial para o Diário

Moradores da Rua Kopke, no bairro Duchas, seguem com problema de poda nas árvores da região. Na matéria, publicada pelo Diário em agosto deste ano, foi reclamado que os galhos das árvores estão em contato com os fios de alta tensão do local, gerando instabilidade ao fornecimento de energia da região. Após dois meses, seguemos mesmos problemas na região. Segundo residentes,

a parte mais ao fundo da rua ficou sem energia, na manhã dessa segunda-feira (13), por conta de um cabo da rede que se rompeu por falta de conservação preventiva e preditiva: “A Enel demorou quase 48 horas para reparar um pedaço da rede, de um poste ao outro, ou seja, apenas 25 metros”, relatou morador que preferiu não se identificar.

Na época, em nota, a Enel disse que a execução de podas é de responsabilidade da prefeitura, e que a distribuidora atua quan-

do a vegetação está próxima à rede. Em nota atualizada, A Enel Distribuição informa que enviará uma equipe ao local para remover a árvore que caiu sobre a rede e avaliar a demanda de poda no local. A distribuidora ressalta que o serviço de podas de árvores que estão em vias públicas é de responsabilidade do poder público municipal. Já as podas de árvores que estão em propriedades particulares cabem aos proprietários dos terrenos onde a vegetação se encontra.

Já a prefeitura, em nota, respondeu que a Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep) esteve no local esta semana para realizar uma vistoria técnica. Durante a avaliação, foi constatado que os galhos das árvores estão muito próximos da rede elétrica. Por essa razão, o serviço de poda e o recolhimento dos resíduos gerados, conforme condicionantes da licença ambiental concedida, é de responsabilidade da concessionária Enel.